



## Política de proteção a autista e tarifa social de luz estão na pauta

Jonas Pereira/Agência Senado — 19/3/2019



O projeto que será votado prevê que a União apoie estados e municípios no cumprimento da política de proteção a autistas

Plenário também pode votar projeto que permite que tanto a autoridade judicial quanto a policial possam determinar o afastamento de agressor de mulher por medida protetiva

O Plenário do Senado deve votar nesta semana projeto que altera a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. O texto prevê que a União forneça aos estados e municípios apoio técnico e financeiro para o cumprimento da política pública e promova a ação integrada dos sistemas de ensino, de assistência social e de saúde para o atendimento das pessoas com autismo. A proposta ainda precisa de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça

e de Assuntos Sociais, que devem ser apresentados no Plenário.

Também está na pauta projeto do senador Roberto Rocha que aumenta o desconto da tarifa social de energia, que pode chegar a 70% do valor da conta.

Outro destaque é o texto que prevê que tanto a autoridade judicial quanto a policial poderão determinar afastamento de agressor, se houver risco à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica.

O projeto tramita em regime de urgência. **3**

### Comissão de Assuntos Econômicos analisa hoje Estatuto dos Animais

A Comissão de Assuntos Econômicos deve votar hoje o Estatuto dos Animais, que trata de direitos, define regras para a guarda e proíbe práticas

consideradas maus-tratos.

Também está na pauta proposta que aumenta recursos para o paradesporto e o incentivo à inclusão desportiva. **3**

Joel Vargas/PMPA



O estatuto trata dos direitos dos animais e define regras para a guarda

**Cadastro Positivo é sancionado e vale em 90 dias **2****

**Monitoramento de barragem deve ser assunto em CPI **2****

### Projetos visam combater crônica de tragédias anunciadas no país



Pelo menos dez projetos em tramitação no Senado têm como objetivo evitar as frequentes tragédias que abalam o país, atenuar seus efeitos e instituir penas mais duras para os responsáveis. As propostas envolvem a segurança de barragens, a prevenção contra incêndios e o fortalecimento de ações de defesa civil. **4**



Antonio Cruz/Agência Brasil

Destruição por rompimento de barragem em 2015 se repetiu em 2019

### Senador quer visita ao Chile para checar sistema de capitalização

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim, apresentou requerimento para que senadores possam ir ao Chile conhecer

o sistema de capitalização da Previdência, parecido com o previsto na reforma que tramita na Câmara para ser implantado no Brasil. **2**

**Texto que trata de consumo de energia pode avançar **3****

**Conselho vai opinar sobre pacote anticrime **2****

## SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em [www.senado.leg.br/simplificou](http://www.senado.leg.br/simplificou)

# Grupo pode ir ao Chile para debater Previdência

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim protocolou requerimento propondo que senadores viajem para conhecer sistema de capitalização parecido com o que pode ser adotado no Brasil

O PRESIDENTE DA Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), apresentou um requerimento no Plenário para que um grupo de senadores vá ao Chile conhecer sistema de capitalização adotado pelo país. Ontem a CDH recebeu convidados para mais uma etapa do ciclo de debates sobre a reforma da Previdência.

A visita ao Chile foi recomendada pelo presidente da Associação Paulista do Ministério Público (APMP), Paulo Penteadó Teixeira Junior, que ressaltou o fato de aquele país ter adotado o sistema de capitalização, o que resultou, segundo ele, na perda de renda dos aposentados.

Ao esclarecer dúvidas do senador Eduardo Girão (Pode-



Paulo Paim (3º à esq.) preside reunião da Comissão de Direitos Humanos

-CE), o secretário-adjunto da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Narlon Nogueira, ressaltou que a PEC 6/2019 não institui de imediato o sistema de capitalização.

Segundo ele, o sistema será opcional e implantado gradualmente, cujas bases serão

debatidas pelo Congresso por meio de projeto de lei complementar.

— A PEC tem pontos para evitar erros cometidos por outros governos, por exemplo, a garantia de benefício mínimo de um salário mínimo custeado por um fundo solidário — explicou Nogueira.

## Sancionada sem vetos a lei do cadastro positivo

A lei que trata da adesão automática dos consumidores ao cadastro positivo de crédito foi sancionada ontem pelo presidente Jair Bolsonaro.

O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competividade do Ministério da Economia, Carlos Costa,

disse que o cadastro deve beneficiar 130 milhões de pessoas, entre elas 22 milhões de cidadãos que estão fora do mercado de crédito.

O governo argumenta que a medida também tem o potencial de reduzir em 45% a inadimplência no país.

— Trata-se de uma medida essencial para aumentar a oferta de empregos. Não podemos deixar de agradecer a parceria fantástica com o Congresso — disse Costa.

O projeto sobre o tema (PLP 54/2019) foi aprovado pelo Senado no dia 13 de março.

## Nelsinho quer debater impacto ambiental em Bonito (MS)

Nelsinho Trad (PSD-MS) afirmou que pretende discutir em audiência o impacto ambiental provocado pela exploração do agronegócio, pela abertura de estradas e por construções irregulares em Bonito (MS).

— A cidade recebe 240 mil turistas anualmente. As estradas construídas há mais de 30 anos não atendem mais a demanda. Existe o aumento da área de plantio, desmatamento de 2 mil hectares em sete anos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Telmário Mota resalta importância da ida de ministros a Roraima

Representantes do governo federal devem comparecer a Roraima nesta semana para verificar a situação energética do estado e acompanhar as ações desenvolvidas com os refugiados venezuelanos. A informação foi comemorada ontem por Telmário Mota (Pros-RR).

— Esses ministros que irão à Roraima vão levando em suas malas a esperança do nosso povo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Elmano sugere fixar mandatos de dez anos para ministros do TCU

Elmano Férrer (Pode-PI) disse ontem que apresentou proposta para fixar em dez anos a duração dos mandatos e mudar as regras de escolha dos ministros do Tribunal de Contas da União (TCU). De acordo com o senador, a PEC 30/2019 também vai gerar reflexos na nomeação de conselheiros dos tribunais de contas dos estados.

— Acabamos com a vitalidade dos ministros do TCU.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Conselho fará relatório sobre efeitos do pacote anticrime na comunicação social

O Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão consultivo do Congresso, deve apresentar nos próximos dias um relatório do conselheiro Miguel Matos sobre os possíveis efeitos para o setor do pacote anticrime, que tramita no Senado, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Segundo o conselheiro Davi Emerich, serão levantadas todas as questões relativas à comunicação que possam ser afetadas pelos três projetos.

— Avaliamos que é muito importante analisar esses projetos, já que seus impactos na sociedade deverão ser muito grandes.

## CPI de Brumadinho ouve hoje envolvidos no monitoramento da barragem da Vale

A CPI de Brumadinho deve ouvir hoje Cristina Malheiros, funcionária da Gerência de Geotecnia da Vale. Ela é citada em processo na Justiça como responsável pelo monitoramento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão. Nos depoimentos colhidos no processo, existe a referência de

que ela tinha conhecimento da situação de instabilidade da barragem que se rompeu.

Outro convocado é Renzo Albieri Guimarães Carvalho, da mesma gerência, responsável pela gestão da barragem B1 e que, nesse papel, teria conhecimento da situação da barragem.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### CDH Terceirização

9h Audiência sobre terceirização.

### MP 868/2018 Marco do Saneamento

9h Audiência pública.

### CAE Paradesporto

10h O PLS 62/2015, que destina recursos ao paradesporto, é um dos 4 itens.

### CI Uso racional de energia

11h Entre 4 itens, o PLS 284/2018, que incentiva edificações sustentáveis com geração de energia.

### CTEC Fracionamento de remédios

11h30 Na pauta, o PLS 98/2017, que obriga o fracionamento de medicamentos.

### CPI de BRUMADINHO Depoimentos

13h Funcionários da Vale e responsáveis pelo monitoramento da barragem.

### PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h O PL 1.712/2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, está na pauta.

### MP 859/2018 Hospitais filantrópicos

14h30 Análise do relatório.

### MP 863/2018 Capital de fora em aéreas

14h30 Análise do relatório.

### MP 866/2018 Navegação aérea

14h30 Análise do relatório.

### MP 869/2018 Proteção de dados

14h30 Audiência pública com representantes do Ministério da Economia, da Casa Civil, da Universidade de Brasília e da Confederação Nacional da Indústria, entre outros.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luís Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Plenário vota proteção a autista e tarifa social de luz

Outro destaque da pauta do Senado nesta semana é o projeto que permite que tanto a autoridade judicial como a policial determinem o afastamento do agressor de mulher por medida protetiva

A SEMANA DE votações do Plenário começa hoje com dez itens na pauta. Entre eles, o projeto que altera a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Também pode ser votada a proposta que aumenta o desconto para os consumidores beneficiados pela Tarifa Social de Energia Elétrica.

O PL 1.712/2019, do deputado Tiago Dimas (SD-TO), foi aprovado em 4 de abril na Câmara. A proposta atribui à União a coordenação da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Pelo projeto, o governo federal deverá fornecer apoio técnico e financeiro aos estados e municípios para o cumprimento dessa política pública. A União também deverá promover a ação integrada dos sistemas de ensino, de assistência social e de saúde para o atendimento das pessoas autistas.



Senado/Grupy/Prefeitura Itaboraí

O texto prevê que a União coordenará a política de proteção a autistas

A proposta está na ordem do dia do Senado, mas ainda depende de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), que devem ser apresentados no Plenário. Antes, porém, os senadores terão que analisar requerimento de urgência do projeto.

## Energia

O PLS 260/2017, do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), aumenta o desconto da tarifa social de energia. A redução, na conta de luz

mensal, pode chegar a 70% do valor para quem se enquadra nos critérios do programa. Não é previsto desconto para quem consumir acima de 250 quilowatt-hora por mês.

Outro destaque é o projeto que estabelece que tanto a autoridade judicial como a policial poderão determinar o afastamento do agressor, se houver risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica (PLC 94/2018). A proposta tramita em regime de urgência.

## Comissão analisa projeto do Estatuto dos Animais

O Estatuto dos Animais está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne às 10h. O PLS 631/2015 trata dos direitos dos animais, definindo regras para a guarda, e proíbe práticas consideradas maus-tratos.

O projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde recebeu mudanças do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG). O relator na CAE, Plínio Valério

(PSDB-AM), acatou a versão de Anastasia e agora o texto segue para exame final da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Em pauta também está o PLS 62/2015, que aumenta para 15% o mínimo de recursos destinados ao paradesporto e ao incentivo à inclusão desportiva de estudantes com deficiência. A relatora, Rose de Freitas (Pode-ES), apresentou substitutivo à proposta de Romário (Pode-RJ) para atualizar

o texto a alterações posteriores na legislação. Da CAE, o projeto vai à Comissão de Educação (CE) e, em decisão final, à de Direitos Humanos (CDH).

A CAE deve analisar ainda, em caráter terminativo, o PLS 329/2018, que autoriza entidades beneficentes a continuar utilizando títulos de capitalização na modalidade incentivo. Da ex-senadora Ana Amélia, o texto é relatado por Styvenson Valentim (Pode-RN).

## Colegiado faz audiência pública sobre terceirização

Audiência sobre a terceirização de mão de obra e a irreduzibilidade de salários será realizada hoje, às 9h, na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Também deve ser discutida a Lei 13.429, de 2017, que liberou a terceirização de atividades-fim.

Requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, a reunião contará com a participação do subprocurador-geral do Trabalho Fábio Leal Cardoso, do diretor da Secretaria de Administração de Contratações do Senado, Rodrigo Galha, da secretária

de Controle Externo de Aquisições Logísticas do Tribunal de Contas da União (TCU), Tânia Lopes, e do presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado, Waldemiro Livingston de Souza. Representantes de sindicatos também serão ouvidos.

## Proposta incentiva uso racional de energia elétrica

Projeto que incentiva o uso racional de energia é o primeiro item da pauta da Comissão de Infraestrutura (CI), que se reúne hoje, às 11h. O PLS 284/2018 deixa mais evidente que a política urbana terá como diretriz o estímulo a construções que privilegiem a redução do consumo de energia.

A proposta estabelece a divulgação de práticas de sustentabilidade ambiental nas edificações. O texto é um substitutivo do relator, Jaques Wagner (PT-BA).

Apresentado por Rose de Freitas (Pode-ES), o projeto propunha originalmente que fossem concedidos incentivos fiscais para projetos de edi-

ficações urbanas que implantassem sistemas próprios de geração. A senadora impunha a exigência dessas práticas de construção sustentáveis nas edificações de propriedade ou alugadas pela União.

Se aprovado pela CI, o texto será analisado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

## Humberto lamenta nome de Waintraub para dirigir o MEC

O líder do PT, Humberto Costa (PE), lamentou a escolha de Abraham Weintraub para o Ministério da Educação. Ele classificou o novo ministro como uma pessoa ligada ao mercado, aos bancos, e “defensor entusiasta da reforma da Previdência”.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

O senador lembrou que o ex-ministro Ricardo Vélez queria alterar os livros de história, deixou de pagar o Fies, colocou o Enem em risco e solicitou as escolas enquanto recitavam “o slogan de campanha” eleitoral do atual governo.

## Kajuru quer fim de aposentadoria de parlamentar

Jorge Kajuru (PSB-GO) defendeu mudanças na reforma da Previdência. O senador disse concordar com o consultor legislativo do Senado Pedro Fernando Nery, segundo o qual “a reforma é para que o patrão deixe de se aposentar dez anos antes do pedreiro e da empregada doméstica, como é hoje”. Relator do projeto que acaba com o regime próprio de Previdência dos parlamentares (PL 898/2019), Kajuru disse ainda que aprova o possível fim da aposentadoria especial de senadores e deputados.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

— Ótimo! Direitos iguais!

## Confúcio apoia prefeitos e defende aumento de repasses

Confúcio Moura (MDB-RO) destacou ontem a realização da 22ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Para o senador, é preciso resolver a questão federativa, estabelecendo maior equilíbrio na distribuição de recursos entre a União, os estados e os municípios.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

— A coisa não está certa, a distribuição da riqueza, a concentração aqui em Brasília, a mentira, a falsidade, a enganação, não só desse governo, mas de todos os governos, que ficam enrolando os prefeitos e governadores, criando desvinculação de receitas, guardando o dinheiro que podia ser distribuído para os prefeitos e governadores do Brasil.

## Paim diz que sistema educacional precisa ser transformado

Ao homenagear a coordenadora Marilena Ferreira Umezu, uma das vítimas do massacre de uma escola em Suzano, ocorrido em março, Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem em Plenário que é preciso transformar o sistema educacional do país em um espaço melhor para as crianças e jovens.

— A educação precisa ser democrática, integral, cidadã, inclusiva, questionadora, que permita viver e compreender o mundo. A escola não pode ser o lugar da competição, da fragmentação do conhecimento, da reprodução da violência. A escola deve ser o lugar de acolhimento — afirmou.

## Para Rogério, governo quer acabar com conquistas sociais

A ideologia do atual governo é destruir conquistas sociais registradas nos últimos anos, afirmou Rogério Carvalho (PT-SE). O senador disse que, após 100 dias de gestão, a ideia predominante é a desconstrução de direitos assegurados na Constituição e que materializam a cidadania, como a seguridade social.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

— Agora, o governo vem com mais a PEC da Reforma da Previdência, que atinge de frente e quer, constitucionalmente, acabar com o Benefício de Prestação Continuada e a aposentadoria rural.

## Alvaro Dias aplaude manifestações a favor da Lava Jato

Alvaro Dias (Pode-PR) aplaudiu ontem as manifestações de domingo a favor da Operação Lava Jato, da prisão em segunda instância e do foro privilegiado. Para o senador, as manifestações sinalizam maior participação política da sociedade.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

— Nós tivemos anos de alienação coletiva. A impressão que se tinha é que uma anestesia geral fora aplicada na sociedade brasileira para que dormisse diante dos descalabros administrativos e dos escândalos de corrupção. E, a partir de 2013, nós tivemos o acordar de uma nação, que, indignada, revoltada, passou a exigir mudança, sobretudo no mundo da política deste país — afirmou.

# Brasil, país do imprevisto e da imprevidência

Senadores buscam medidas para evitar desastres previsíveis, como os recentes rompimentos de barragens e incêndios em boate, museu e centro de treinamento de futebol

Reportagem: Dante Accioly  
 Edição: Juliana Steck

O SOLDADOR ERÍDIO Dias costumava dizer que foi salvo pela sorte. Em novembro de 2015, a barragem onde ele trabalhava se rompeu, despejou 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos sobre a Bacia do Rio Doce e matou 19 pessoas em Mariana (MG). Funcionário terceirizado da mineradora Vale S.A., Erídio contava que só escapou da tragédia porque, minutos antes, saiu para almoçar em um local afastado. Há três meses, o colapso de outra barragem da Vale voltou a devastar o interior de Minas Gerais. Uma onda de destruição e morte dizimou mais de 300 pessoas em Brumadinho. Erídio estava entre elas.

Se a sorte protegeu o soldador em 2015, não foi o azar que o matou em 2019. As tragédias de Mariana e Brumadinho, assim como uma série de outras catástrofes brasileiras, se explicam por uma combinação temerária de descuido na operação, falha na fiscalização e demora na condenação dos culpados. Pesquisador e doutor em gerenciamento de riscos e segurança pelo Departamento de Engenharia Naval da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Gerardo Portela afirma que a improvisação é um traço cultural dos gestores no Brasil, mesmo diante de situações de ameaça iminente.

— A prioridade não é enfrentar o problema e solucioná-lo. Na nossa cultura, falar do risco atrai o acidente ou é um ato que demonstra fraqueza. Na realidade deveria ser o contrário: fraqueza é não enfrentar o risco e não mitigá-lo — diz.

Desastres recentes ocorridos no Brasil confirmam o diagnóstico do pesquisador. Em Mariana, a Polícia Federal e o Ministério Público concluíram que a empresa Samarco e as controladoras Vale e BHP Billiton sabiam do risco de rompimento, mas não agiram. Em Brumadinho, a Polícia Civil descobriu que gerentes da mineradora foram alertados, mas também se omitiram.

A imprevidência é recorrente. Em setembro de 2018, um incêndio destruiu o Museu Nacional do Rio de Janeiro. A Polícia Federal concluiu que a causa do desastre foi um curto-circuito por superaquecimento em um aparelho de ar-condicionado, provavelmente sem manutenção. Em janeiro de 2013, outro incêndio ocorrera na boate Kiss, em Santa Maria (RS) e deixou

242 mortos. O fogo começou depois que o vocalista de uma banda acendeu um sinalizador pirotécnico no palco. Mas a Polícia Civil concluiu que a superlotação, a falta de saídas de emergência e a falha em extintores contribuíram para o grande número de vítimas.

## Desastres

Rompimentos de barragens, incêndios, desabamentos de prédios, deslizamentos de encostas, enchentes, naufrágios de embarcações superlotadas. A lista de tragédias no Brasil impressiona não apenas

porque são corriqueiras, mas principalmente porque há um arcabouço legal para evitá-las.

O então Ministério da Integração Nacional, hoje Ministério do Desenvolvimento Regional, publicou em 2017 as *Noções Básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos*, um compêndio que define que nas áreas de risco, por exemplo, cabe à União apoiar o mapeamento das regiões vulneráveis, enquanto os estados identificam os locais perigosos e os municípios promovem a fiscalização. Mas por que isso não acontece com a frequência

e a eficiência necessárias? Para o professor da Universidade de Brasília (UnB) Frederico Flósculo o problema não está na legislação, que ele classifica como “mais que suficiente”.

— A política deformou o serviço de fiscalização, deixando-o quase totalmente sob o controle de interesses menores. Mais legislação fará pouca ou nenhuma diferença. Temos que ter para a Defesa Civil o mesmo status dado ao Ministério Público: de independência e defesa do interesse público — diz.

As calamidades acontecem mesmo quando a fiscalização funciona. Em outubro de 2017, a prefeitura do Rio interditou o Centro de Treinamento (CT) do Flamengo depois que o clube foi multado 31 vezes por falta de alvará. Apesar da proibição, o Flamengo reabriu o CT Ninho do Urubu e instalou contêineres para alojar os atletas em uma área com permissão para servir de estacionamento. Em janeiro, um curto-circuito no ar-condicionado matou dez jovens entre 14 e 16 anos.

Para Portela, tais atitudes expõem um vício do gerenciamento de riscos no Brasil: a ausência de valores éticos.

— A tecnologia deve ser usada para salvaguardar a vida, depois o patrimônio. Quando uma sociedade tem valores bem firmados, há uma cultura de segurança forte. No Brasil, nós não temos. Muitos gestores priorizam prazos, metas, interesses políticos e financeiros.

## Providências

O Senado analisa pelo menos dez projetos de lei que pretendem evitar ou atenuar a ocorrência de novas tragédias. O PL 635/2019, do senador Lasier Martins (Pode-RS), proíbe a instalação de barragens de alçamento a montante — como as de Mariana e Brumadinho. O texto também impede a ocupação humana perto de represas. Já o PL 926/2019, de Eliziane Gama (Cidadania-MA), obriga as mineradoras a apresentarem plano de emergência, independentemente do grau de risco da barragem.

Para combater a incêndios, o senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) apresentou o PL 1.152/2019. O texto exige que prédios acima de 30 metros de altura mantenham helipontos nas coberturas, para facilitar o resgate, por helicópteros, de pessoas isoladas pelo fogo. O senador lembra o caso de dois edifícios de São Paulo destruídos por chamadas na década de 1970, Andraus e Joelma. O primeiro tinha um heliponto,

mas o segundo era coberto por telhado e não por laje, o que inviabilizou o resgate.

— No Andraus pereceram 16 pessoas, enquanto no Joelma foram registradas 187 mortes.

As tragédias costumam endurecer a legislação. Após o incêndio na Boate Kiss, o Congresso aprovou a Lei 13.425, de 2017. O texto criou novas exigências para o licenciamento de edificações, como o uso de materiais não inflamáveis na construção e a utilização de sistemas de aspersão automática para o combate ao fogo.

Devido à tragédia em Mariana, a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou em 2018 um relatório sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens. O autor do documento, Elmano Férrer (Pode-PI), denunciou a falta de recursos para manutenção e fiscalização dos equipamentos. Das 24 mil barragens do Brasil, 723 apresentam alto risco de acidentes e apenas 3% delas foram vistoriadas em 2017.

Depois de Brumadinho, o Senado instalou uma comissão para investigar o desastre. Diante da urgência do assunto, o relator da CPI, Carlos Viana (PSD-MG), apresentou um projeto (PL 1.396/2019) que obriga o responsável por crime ambiental a ressarcir o poder público pelas despesas com socorro, resgate, assistência e mitigação de danos.

— O desastre de Brumadinho gerou a necessidade de uma enorme mobilização de serviços públicos. Minas Gerais gastou R\$ 1 milhão por dia com as operações de resgate de vítimas, localização de corpos e assistência à população. A reparação deve ser completa, incluídos os gastos para assistência às vítimas e para conter os efeitos do dano sobre comunidades atingidas — diz Viana.

Erídio, o soldador soterrado por dejetos em Brumadinho, digitou em suas redes sociais em junho de 2015 frases que deveriam servir de mantra para quem tem a missão de evitar tragédias: “A excelência não é um acidente. Ela é, acima de tudo, um hábito”.

## Projetos para evitar novas tragédias

### Segurança de barragens

**PL 635/2019**  
 Proíbe a instalação de barragens de rejeitos que utilizem o método de alçamento a montante e impede a ocupação humana nas proximidades dos equipamentos  
 Autoria: senador Lasier Martins (Pode-RS)



**PL 681/2019**  
 Prevê pena de 5 a 20 anos de prisão para quem for responsabilizado pelo rompimento de barragens  
 Autoria: senador Jorginho Mello (PR-SC)

**PL 926/2019**  
 Torna obrigatório o Plano de Ação de Emergência, independentemente do risco associado à barragem. O documento deve ser atualizado a cada cinco anos  
 Autoria: senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA)



**PL 1.452/2019**  
 Prevê o reaproveitamento e a redução de rejeitos em barragens  
 Autoria: senadora Rose de Freitas (Pode-ES)

### Prevenção a incêndios

**PL 1.152/2019**  
 Exige a presença de heliponto em edificações acima de 30 metros, como medida de prevenção e combate a incêndios e desastres  
 Autoria: senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)



### Defesa civil



**PL 692/2019**  
 De acordo com o texto, o prefeito que deixar de elaborar e executar o Plano de Contingência de Proteção Civil incorre em improbidade administrativa  
 Autoria: senador Jorginho Mello (PR-SC)

**PL 1.396/2019**  
 Obriga o responsável por desastre ambiental a ressarcir despesas do poder público com operações de socorro, resgate, assistência e mitigação de danos.  
 Autoria: senador Carlos Viana (PSD-MG)



**PLC 16/2016**  
 Assegura medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares  
 Autoria: Câmara dos Deputados

**PLS 102/2015**  
 Prevê ações de prevenção e recuperação de áreas atingidas por desastres e concede benefícios às vítimas de calamidades  
 Autoria: senador Sérgio Petecão (PSD-AC)



**PLS 157/2015**  
 Determina que operadoras de telefonia ofereçam ao poder público, de forma gratuita e prioritária, todos os meios para o atendimento a calamidades públicas, emergências e perigo iminente  
 Autoria: senador Ciro Nogueira (PP-PI)

### Saiba Mais

- Lei 13.425, de 2017**  
<http://bit.ly/Lei13425de2017>
- Relatório da CDR sobre barragens**  
<http://bit.ly/relatorioBarragens>
- Publicação do Min. da Integração**  
<http://bit.ly/gestaoRiscos>
- Reportagem sobre Brumadinho**  
<http://bit.ly/CPIBrumadinho>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)